

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

JP

-----Aos trinta dias do mês de outubro, do ano de dois mil e catorze, na sala de reuniões do executivo municipal, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, na qualidade de Presidente deste Órgão Autárquico, com a presença dos Senhores Vereadores, Manuel Oliveira Lopes, Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes, Patrício José Correia Pinto Araújo, Luís Filipe Oliveira Silva, José Augusto Marçal Morais e Manuel de Barros Araújo em substituição da Doutora Manuela Alexandra da Mota Machado Ferreira Nunes.-----

-----Faltou por motivo justificado a Senhora Vereadora Manuela Alexandra da Mota Machado Ferreira Nunes.-----

-----Secretariou a Assistente Técnico Olinda Macedo Lopes.-----

-----Verificada a presença do número legal de Vereadores foi pelo Senhor Presidente, declarada aberta a reunião eram nove horas e trinta minutos, tendo-se passado à leitura da ata da reunião anterior a qual foi aprovada e assinada.---

-----**BALANCETE:** Presente o resumo diário da Tesouraria relativo ao dia vinte e nove do mês de outubro do ano dois mil e catorze que acusava um saldo pecuniário de um milhão seiscientos e trinta e seis mil trezentos e vinte e sete euros e noventa e sete cêntimos.-----

-----**EXPEDIENTE:** O que segue, acompanhado de todos os processos para verificação da Excelentíssima Edilidade.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**ZERO UM.- DIVERSOS.- Zero um zero um.-** Para aprovação da Excelentíssima Câmara presente a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, relacionada com o valor da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para dois mil e quinze, cuja fotocópia se encontra inserta a folhas dezoito e dezanove da minuta da presente ata. **DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta. À Assembleia Municipal.** Os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem a seguinte declaração de voto: No que toca ao Imposto Municipal sobre Imóveis é sabido que as autarquias têm que se enquadrar entre um mínimo e um máximo previamente definido. A Câmara Municipal de Vila Verde tem vindo a aplicar as taxas mínimas, postura que recolhe, como tem acontecido em deliberações anteriores, a total concordância e o respetivo voto favorável dos eleitos do Partido Socialista. Importa, no entanto, referir que, mesmo com a aplicação das taxas mínimas, o Município de Vila Verde terá uma receita anual de mais de dois milhões e meio de euros (2.598.796,00€ (dois milhões quinhentos e noventa e oito mil setecentos e noventa e seis euros)), valor que tem que ser muito bem aplicado no Concelho de Vila Verde em investimentos ancora, geradores e potenciadores de outros investimentos, nomeadamente de investimentos privados capazes de criar riqueza e postos de trabalho. A título de informação dos Vilaverdenses, refira-se que a Câmara Municipal de Vila Verde, a julgar pelo orçamento apresentado, receberá por via dos impostos, mesmo excluindo o valor da derrama, uma receita de mais de quatro milhões e trezentos mil euros (4.377.585,00€ (quatro milhões trezentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco euros)), valor muito considerável que não deve ser aplicado em

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

16

ações estéreis mas somente em investimentos e medias úteis ao Concelho e potenciadores de uma maior qualidade de vida dos Vilaverdenses.

-----**Zero um zero dois.**- Também para aprovação da Excelentíssima Câmara, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara relativa à Derrama para dois mil e quinze, cuja fotocópia se encontra inserta de folhas vinte e vinte e três da minuta da presente ata. **DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria com quatro votos a favor dos membros do Partido Social Democrata e três votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. À Assembleia Municipal.** Os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem a seguinte declaração de voto: Apesar da proposta de aplicação da derrama em apreço preconizar uma taxa reduzida e uma isenção por um período de três anos para as empresas que se instalem no Concelho de Vila Verde durante o ano de dois mil e quinze, pensamos que o esforço e os sinais da autarquia para manter e atrair novos investimento no Concelho deveria, neste momento, ir mais além, pois, as dificuldades económicas das empresas continuam face a um cenário económico que teima em não mostrar sinais de melhoria. Neste sentido, os Vereadores do Partido Socialista consideram que o Concelho e todas as empresas, já instaladas e a instalar, só teriam a ganhar com uma isenção total no que toca à aplicação da derrama. A respeito da aplicação da derrama no Município de Vila Verde, mais propriamente da verba que a mesma representa para o Orçamento Municipal, é preciso referir que estamos a falar de um valor previsional de 340.759,00 (trezentos e quarenta mil e setecentos e cinquenta e nove euros), montante que não pode, de forma nenhuma, ser apresentado como determinante para uma maior ou menor capacidade de execução de investimento por parte do Município. As dificuldades financeiras do Município decorrentes da má gestão que se fez durante muitos e muitos anos são de todos conhecidas. Mas numa Câmara Municipal com um orçamento de mais de trinta milhões de euros, uma verba de 340.759,00 (trezentos e quarenta mil e setecentos e cinquenta e nove euros), que apenas representa um virgula doze por cento do orçamento anual, não pode ser desculpa para não dar um visível e determinante sinal aos empresários que podem criar riqueza e postos de trabalho em Vila Verde. É por este motivo, por considerarem que seria de todo importante eliminar totalmente a derrama, que os Vereadores do Partido Socialista votam contra esta proposta do Senhor Presidente para aplicação da derrama.

-----**Zero um zero três.**- Ainda, outra proposta, também apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, relativa ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para dois mil e quinze, cuja fotocópia se encontra inserta a folhas vinte e quatro e vinte e cinco da minuta da presente ata. **DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria com quatro votos a favor dos membros do Partido Social Democrata e três votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. À Assembleia Municipal.** Os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem a seguinte declaração de voto: Os Vereadores do Partido Socialista votam contra esta proposta do Senhor Presidente, pois, já é tempo de os discursos do Senhor Presidente de Câmara baterem certo com a sua prática. Isto para dizer que se o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Social Democrata não podem continuar a ter um discurso social de muita preocupação

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

JP

com a vida dos Vilaverdenses quando depois, na prática, como agora se vê por esta proposta, lhes acrescentam no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares cinco por cento. É isso que está a ser decidido com esta proposta que o Senhor Presidente de Câmara apresenta nesta reunião. O Doutor António Vilela, apesar dos seus discursos sociais, não tem coragem de abdicar dos setecentos e oitenta e quatro mil euros previstos na participação fixa da autarquia no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares cobrado aos Vilaverdenses. Como se disse, os Vereadores do Partido Socialista consideram que os discursos de preocupação social do Doutor António Vilela deviam ser acompanhados de práticas coincidentes, abdicando, neste caso em concreto, dos cinco por cento cobrados no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos Vilaverdenses e aliviando, assim, o sacrifício que muitas famílias do Concelho estão obrigadas a fazer para manter níveis dignos de vida e dar o mínimo de conforto às pessoas a cargo, em especial às crianças e idosos, sempre os primeiros a sofrer as consequências das dificuldades financeiras dos agregados familiares. O Senhor Presidente da Câmara e os membros do Partido Social Democrata fazem a seguinte declaração de voto: Votamos favoravelmente a proposta uma vez que a mesma não acrescenta nenhum encargo para as famílias apenas fica condicionada a possibilidade da redução da taxa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para aqueles que liquidam as mesmas. O apoio social que é necessário desenvolver no município de Vila Verde não consiste na redução do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares daqueles que têm rendimentos, mas ser essencialmente direcionado para as famílias carenciadas designadamente através do apoio à qualificação da habitação própria, à alimentação, à frequência gratuita das nossas escolas, designadamente Jardins de Infância e Escolas do Primeiro Ciclo, à contribuição para os transportes escolares, à distribuição gratuita de manuais escolares, atribuição de bolsas de estudos para a frequência do ensino superior, vacinação gratuita de todas as crianças, apoio aos mais idosos através do programa "Seniores ativos" que apoia a atividade física e a cidadania ativa, entre muitas outras medidas de apoio às famílias menos favorecidas e também ao desenvolvimento económico através do apoio e isenções às empresas que se pretendem instalar no concelho. O município de Vila Verde exerce assim uma importante função redistributiva utilizando o contributo solidário dos que mais podem para ajudar aqueles que mais necessitam. Acresce, ainda, a tudo isto que se o município prescindisse de todas estas receitas ficaria condicionado na sua ação para poder executar obras fundamentais e essenciais por todos reclamados e ainda impossibilitado de fazer transferências para as freguesias.

-----**Zero um zero quatro.-** Presente a proposta apresentada pelo Senhor Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, relacionada com os objetivos estratégicos, para o ano de dois mil e quinze, cuja fotocópia se encontra inserta a folhas vinte e oito e vinte e nove da minuta da presente ata.
DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta.-----

-----**Zero um zero cinco.-** Presente o pedido de parecer prévio para renovação do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC), cuja fotocópia se encontra inserta de folhas trinta a trinta e três da minuta da presente

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

ata. **DELIBERAÇÃO:** A Câmara delibera emitir parecer prévio favorável à contratação, em regime de prestação de serviços, do Revisor Oficial de Contas. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista abstêm-se. À Assembleia Municipal. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem a seguinte declaração de voto: Tal como foi afirmado na última sessão da Assembleia Municipal pela bancada do Partido Socialista, o auditor externo é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, como decorre expressamente do número um do artigo setenta e sete da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. Nessa mesma sessão, a bancada do Partido Socialista manifestou a necessidade de ser apresentada proposta da Câmara à Assembleia Municipal, em cada um dos mandatos, relativamente ao auditor externo a nomear, cumprindo-se dessa forma o determinado na Lei. Ora, como se verifica pela leitura do texto do anexo que sustenta esta proposta do Senhor Presidente de Câmara, a validade do contrato então celebrado com o auditor externo, em dois mil e sete, era a do mandato então vigente, conforme a cláusula primeira do contrato. Sendo da competência da Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, haverá de ser aquele órgão a deliberar, da mesma forma, quanto à eventual renovação de contrato de prestação daquele serviço, para o que o órgão executivo deve apresentar a necessária proposta fundamentada. Referindo expressamente a Lei que a nomeação do auditor externo deve ser feita de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, deve a proposta da Câmara sobre o assunto estar objetivamente fundamentada, designadamente com a indicação dos critérios seguidos para a escolha do auditor externo, "de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas", e devendo essa proposta ser apresentada à Assembleia Municipal para deliberação, como decorre da letra da Lei. Posto isto, os Vereadores do Partido Socialista, mesmo compreendendo a necessidade de contratar o revisor oficial de contas, não entendem a razão de nesta proposta se estar a solicitar um parecer prévio com o objetivo renovar um contrato, ou seja, de contratar especificamente a sociedade de revisores de contas denominada por Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC. Importaria saber qual a razão para que o Senhor Presidente de Câmara, durante todos estes anos, não tenha auscultado o mercado, recolhendo propostas de outras sociedades de revisores oficiais de contas. Posto isto, nomeadamente as dúvidas suscitadas na última sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se.

-----**Zero um zero seis.-** Presente uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente, relacionada com autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal de compromissos plurianuais, cuja fotocópia se encontra inserta a folhas vinte e seis e vinte e sete da minuta da presente ata. **DELIBERAÇÃO:** Deliberado, por unanimidade aprovar a proposta. Remeta-se à Assembleia Municipal.

-----**Zero um zero sete.-** Presente a proposta do orçamento municipal e Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze, elementos relativos aos recursos humanos, que integram o regulamento da organização dos Serviços Municipais, respetivo mapa de pessoal e organograma para o ano de dois mil e quinze, e demais

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

JCP

documentos nos termos do disposto na Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro contidos na Proposta do Orçamento, para efeitos do disposto na alínea c) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro e do disposto número um do artigo quarenta e cinco da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, cujas fotocópias se encontram insertas de folhas trinta e quatro a trezentos e cinquenta da minuta da presente ata. Antes de proceder à análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, os Vereadores do Partido Socialista pretendem questionar o Senhor Presidente relativamente ao destino de algumas verbas que a seguir se elencam, informação que pretendem complementar com um posterior pedido de extratos detalhados dessas mesmas rubricas. Assim, pretendem-se esclarecimentos quanto ao seguinte: - Na página doze do anexo sete - dois ponto um; Classificação zero dois zero dois zero um; Descrição: Encargos das instalações; Dotação: 1.900.000€ (um milhão e novecentos euros). - Na página treze do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero quatro zero cinco zero um zero dois zero quatro; Descrição: Outros; Dotação: 811.000€ (oitocentos e onze mil euros). - Na página treze do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero cinco zero um zero um zero dois; Descrição: Outras; Dotação: 37.500€ (trinta e sete mil e quinhentos euros). - Na página catorze do anexo sete - dois ponto um; Classificação zero oito zero um zero um zero três; Descrição: Outras; Dotação: 247.000€ (duzentos e quarenta e sete mil euros). - Na página dezassete do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero sete zero um zero três zero sete; Descrição: Outros; Dotação: 805.882€ (oitocentos e cinco mil e oitocentos e oitenta e dois euros). - Na página dezanove do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero dois zero um dois um; Descrição: Outros bens; Dotação: 1.046.375€ (um milhão quarenta e seis mil e trezentos e setenta e cinco euros). - Na página dezanove do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero dois zero dois dois cinco; Descrição: Outros serviços; Dotação: 1.481.086€ (um milhão quatrocentos e oitenta e um mil e oitenta e seis euros). - Na página vinte e um do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero dois zero dois dois zero; Descrição: Outros trabalhos especializados; Dotação: 257.740€ (duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta euros). - Na página vinte e um do anexo sete - dois ponto um; Classificação: zero dois zero dois dois cinco; Descrição: Outros serviços; Dotação: 326.970€ (trezentos e vinte e seis mil e novecentos e setenta euros). Estas rubricas, com descrições vagas e dúbias, totalizam quase sete milhões de euros, de um Orçamento de trinta milhões, pelo que se pede formalmente uma clarificação sobre o destino destas verbas. Ainda, na página quarenta do anexo sete - um ponto dois, está inscrito como "Transferências para Juntas de Freguesia" em dois mil e quinze uma verba de 810.000€ (oitocentos e dez mil euros), montante que nos parece manifestamente reduzido tendo em conta as responsabilidades que os executivos das Juntas de Freguesia estão a assumir como novas competências. Em que rubrica está a verba que o Município pretende pagar à Escola Profissional Amar Terra Verde? Importa, ainda, questionar o Senhor Presidente se está neste orçamento inscrita alguma verba destinada à empresa municipal PRO VILA VERDE? Uma outra questão a colocar ao Senhor Presidente diz respeito a verbas

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014



para novos empréstimos bancários, leasings ou outra operação de crédito. Estão inscritos valores para esses fins? Se sim, com que valores e a que despesas ou investimentos se destinam? O Senhor Presidente da Câmara esclarece que relativamente às rubricas incluídas no orçamento de despesa que suscitaram dúvidas aos Senhores Vereadores do Partido Socialista as mesmas deveriam ter sido esclarecidas nos Serviços no tempo que mediou o momento em que foi recebido o documento a esta reunião. Foi solicitada a presença do Técnico Superior Carlos Costa, para explicar as dúvidas suscitadas. Os Vereadores do Partido Socialista consideram que face aos poucos esclarecimentos prestados pelo técnico solicitado na reunião, e achando que os mesmos não foram suficientemente claros, reafirmam o que já disseram no início das questões e que vão solicitar esclarecimentos mais detalhados aos serviços a respeito de algumas das rubricas inscritas no orçamento. **DELIBERAÇÃO: A Câmara aprova por unanimidade a proposta relativa aos documentos para o ano de dois mil e quinze que inclui orçamento para o ano dois mil e quinze, Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze barra dois mil e dezoito; Normas Regulamentares para Execução do Orçamento e elementos relativos aos Recursos Humanos (Regulamento de Serviços), Organograma e Mapa de Pessoal. À Assembleia Municipal.** Os Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto: Não obstante o enredo literário já habitual e marcante da parte introdutória destes documentos, que parece servir tanto para a apresentação de orçamentos como de prestações de contas, constatamos que parte das propostas e dos objetivos/metapas apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista em vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze estão vertidos no documento agora apresentado pelo Senhor Presidente de Câmara, ainda que com alterações. É, pois, com agrado que verificamos que as linhas mestras da ação preconizada pelo Presidente de Câmara incluem, finalmente, alguns dos muitos contributos apresentados pelos eleitos do Partido Socialista ao longo do tempo, e com especial incidência no último ano de mandato, facto que confirma que uma oposição atenta, informada, persistente e concentrada nos reais interesses do Concelho e dos Vilaverdenses acaba por dar frutos e obriga a que outros sigam o mesmo caminho. Como exemplo de propostas e contributos apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista que agora são vertidos no documento em apreço, podemos indicar, entre outros, os seguintes exemplos: - Construção e dinamização do Museu Agrícola da Ribeira do Neiva; - Recuperação da Casa do Côto de Duas Igrejas, conhecida residência de Sá de Miranda; - Complexos Desportivo da Ribeira do Neiva e Pico de Regalados; - Pressão sobre a empresa Águas do Noroeste para finalização da construção e ligação dos interceptores do saneamento básico; - Construção de piscinas descobertas no Concelho de Vila Verde; - Recuperação da antiga Adega Cooperativa; - Variante rodoviária entre Prado e a zona industrial de Oleiros; - Melhoramento da sinalização nos parques industriais/zonas empresariais; - Recuperação da zona das lagoas de Cabanelas, Vila de Prado e Oleiros; - Persistência no objetivo de construir uma variante rodoviária a Vila Verde.; - Recuperação paisagística e arbórea da Vila de Prado; - Criação de zonas propícias à exploração de bares/esplanadas no centro

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

JG

urbano da sede do Concelho; - Implementação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Apesar da satisfação pela inclusão de alguns dos contributos apresentados em devido tempo pelos Vereadores do Partido Socialista, é preciso dizer que este documento devia ir mais além em diversas áreas. A título informativo dos Vilaverdenses podemos citar alguns exemplos de propostas socialistas que podiam, e deviam, ter sido consideradas na elaboração deste Orçamento mas não foram, tais como: - Isenção total da derrama; - Construção de um Centro Interpretativo da Citânia de São Julião em Ponte São Vicente, como polo de desenvolvimento da vertente científica, educacional, cultural e turística em torno deste tipo de património; - Criação de uma Carta Arqueológica do Concelho de Vila Verde; - Construção de uma extensão da Biblioteca Machado Vilela no Centro Urbano da Vila de Prado; - Construção de um Centro de Educação Ambiental para aproveitamento das potencialidades endógenas da zona Norte do Concelho; - Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde para abertura de um pólo na Vila de Prado, substituindo a extinta Delegação da Cruz Vermelha; - Instalação de Postos de Turismos complementares à Loja Interativa de Turismo em lugares estratégicos do Concelho; - Criação da Carta Gastronómica Concelhia; - Criação de um Plano de Vigilância e Controlo permanente da Vespa Velutina; - Mercado Municipal; - Deslocalização do canil; - Construção de um ring desportivo ao ar livre na sede do Concelho, com capacidade de prática de várias modalidades desportivas. - Implementação de um "Manual da Gestão da Água"; Para além do que foi incluído e não incluído neste documento, importa salientar, a título de exemplo, algumas situações que nos custam a compreender, nomeadamente a transferência de verbas para a Proviver, empresa municipal que há muito já devia estar liquidada mas continua a absorver recursos do Município. Prova disso é que em dois mil e quinze se prevê transferir um valor de quase setenta e oito mil euros (77.913,00€ (setenta e sete mil novecentos e treze euros)) para a Proviver. Uma outra situação a referir é o montante gasto nas festas promovidas pelo Município de Vila Verde, montante muito superior ao que o Município pretende arrecadar ao penalizar os empresários concelhios com a aplicação da derrama. Facto surpreendente é, também, o valor que se pode observar em algumas das rubricas relacionadas com o abastecimento público de água. Como mero exemplo refira-se o valor definido para o reservatório da Lage, de apenas 12.600,00€ (doze mil e seiscentos euros), ou da conduta do Monte da Santa e estação elevatória de Geme, com um miserável valor definido de 100,00€ (cem euros). O mesmo se poderá dizer do reservatório de Covas com os mesmos 100,00€ (cem euros)! São valores que não permitem fazer absolutamente nada, pelo que se pode perguntar ao Senhor Presidente qual é a política ou estratégia que tem pensada para o abastecimento público de água no Concelho de Vila Verde. A mesma situação de completa insuficiência de valores definidos para as rubricas barra obras enunciadas, pode ser encontrada quando se analisam as previstas requalificações das vias rodoviárias. É anedótico constatar, por exemplo, que para a requalificação da estrada que liga a Loureira à Lage está definida uma verba de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros), ou que para a estrada que liga Coucieiro, Sande e Pico São Cristóvão está definido o mesmo valor de 4.500,00€ (quatro mil e

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

quinhentos euros). Enfim... Por aqui se percebe que não existe qualquer plano pensado para recuperação da rede viária do Concelho de Vila Verde, pelo que continuaremos sujeitos aos planos de emergência anunciados pontualmente e que mais não são que um tapa buracos de emergência. Uma outra questão a que este Orçamento não responde é a questão do elevado valor a pagar à Escola Profissional Amar Terra Verde, valor já anunciado pelo Senhor Presidente, que ronda um milhão de euros mas que parece não ser visível neste Orçamento. Uma anotação, também, para o valor previsto para a recolha de resíduos sólidos domésticos, rubrica que tem um valor definido de 780.936,00€ (setecentos e oitenta mil e novecentos e trinta e seis euros)! Perante este valor, e sabendo que o contrato de recolha de resíduos sólidos domésticos assinado com o consórcio ecorede/redeambiente custa anualmente 495.000,00€ (quatrocentos e noventa e cinco mil euros), importa perguntar se esta diferença de valores diz respeito ao pagamento à Braval. Está em causa uma diferença de 285.936,00€ (duzentos e oitenta e cinco mil e novecentos e trinta e seis euros)! É este o valor que o Município de Vila Verde paga anualmente à Braval? Por último, uma referência às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Mais uma vez ficamos muito aquém do que seria desejado no que toca aos valores e no que toca às datas de transferências. As Juntas de Freguesia, como parceiros estratégicos que são, não podem estar dependentes da incerteza das datas de transferências, já que esse aspeto condiciona e limita a ação dos leitos locais em cada uma das Freguesias. Apesar destas dúvidas, questões e muitas reservas, pesando os prós e os contras analisados nestas Grandes Opções do Plano e respetivo Orçamento, os Vereadores do Partido Socialista vão votar favoravelmente o presente documento, dando, dessa forma, um inequívoco e notório voto de confiança à execução do mesmo, esperando agora que este documento, que se pretende estratégico, minimamente estável e fiável, não seja substancialmente adulterado através das já polémicas e famosas alterações e modificações orçamentais que o Senhor Presidente de Câmara se habituou a levar a quase todas as reuniões de Câmara. Se isso voltar a acontecer com o Orçamento hoje aprovado, prova-se que estes documentos são elaborados sem rigor, sem planeamento e sem nenhuma certeza quanto ao que se vai efetivamente fazer, ou não, no exercício económico a que dizem respeito. Uma última nota para referir que esperamos que os documentos hoje aprovados representem o inaugurar de uma nova era no que toca ao cumprimento do que se propõe. A partir de hoje o Doutor António Vilela não terá mais desculpas para não cumprir e executar o que promete neste Orçamento, trabalho esse a que os Vereadores do Partido Socialista darão muita atenção. O Senhor Presidente e os Vereadores do Partido Social Democrata fazem a seguinte declaração de voto: Os membros do executivo do Partido Social Democrata votam favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentadas para dois mil e quinze-dois mil e dezoito uma vez que o documento expressa, com clareza, as linhas orientadoras da gestão municipal tendo em vista alcançar, de forma sustentada, crescentes níveis de desenvolvimento económico e social que garantam cada vez mais qualidade de vida para todos os Vilaverdenses. Embora orientado por princípios de equilíbrio e sustentabilidade orçamental, o presente documento não

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

102

deixa de impor ao executivo a ambição de fazer deste concelho um território cada vez mais atrativo para as pessoas e para as empresas. É, por isso, um orçamento norteado por uma profunda consciência social e pela certeza de que, fomentando condições para promover o desenvolvimento da economia local, estamos a contribuir para o bem-estar e para a satisfação das necessidades das pessoas. Esta perspetiva concretiza-se por uma política fiscal amiga das pessoas e das empresas: o Imposto Municipal sobre Imóveis mantém-se no nível mais baixo permitido, zero virgula três por cento; são garantidas isenções de taxas urbanísticas às famílias carenciadas, aos jovens, aos empreendimentos turísticos, agropecuários e florestais e a todos os investimentos de interesse municipal; as empresas que se instalem no concelho e são isentas do pagamento de derrama e as pequenas empresas pagam uma taxa de derrama reduzida. Na linha de uma política essencialmente orientada para as pessoas e para a melhoria da qualidade de vida das populações, as funções sociais continuam a absorver mais de setenta e dois por cento das Grandes Opções do Plano para dois mil e quinze. Neste âmbito, continua a dar-se particular relevância ao setor da educação, dando continuidade ao cabal cumprimento da Carta Escolar Concelhia e à plena renovação do parque escolar com a conclusão dos centros escolares de Turiz, Lage, Soutelo e Cervães; mantêm-se os apoios aos alunos e às famílias no âmbito da ação social escolar garantindo os transportes, as refeições, o prolongamento dos horários e o fornecimento de livros e materiais escolares que viabilizem a plena integração de todas as crianças em escolas modernas e cada vez melhor apetrechadas e onde se proporciona uma educação de crescente qualidade. Os apoios aos idosos e aos mais necessitados, quer através de ações específicas que lhes são dirigidas, quer através da colaboração em rede com as instituições particulares de solidariedade social, não deixam de constituir, também, uma importante área de atuação. Tendo em vista a melhoria progressiva da qualidade de vida das populações, é dada particular relevância às infraestruturas de saneamento básico e da rede de abastecimento de água que queremos substancialmente ampliadas. Em simultâneo, conscientes de que o bem-estar das pessoas depende, em muito, da sua saúde física, este orçamento consagra ao desporto, ao lazer e à construção ou requalificação de equipamentos desportivos de proximidade uma fatia importante da sua dotação financeira. Enquadram-se neste âmbito os pavilhões gimnodesportivos do Vade e de Cervães (já em curso), mas também o parque desportivo da Ribeira do Neiva, a construção das piscinas de base recreativa da Ribeira do Neiva e do Complexo de Lazer de Vila Verde, o complexo desportivo do Pico de Regalados, a requalificação dos campos de jogos em diversas localidades, além dos apoios às associações e coletividades para o desenvolvimento dos seus projetos desportivos e recreativos. O ambiente e a valorização dos recursos naturais e paisagísticos do concelho são outro vetor fundamental da atuação municipal pela atenção dada à recuperação das margens ribeirinhas, às praias e áreas de lazer dos rios Homem e Cávado, à construção de ciclovias, à beneficiação e promoção dos percursos pedestres, à valorização ambiental da veiga de Cabanelas. Determinante, também, é a atenção prestada à requalificação urbanística de importantes espaços municipais de que se salientam: a mobilidade, ordenamento e reabilitação urbana da Vila de Prado, a regeneração do

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014



centro urbano de Vila Verde e a melhoria da sua mobilidade urbana; a requalificação de toda a área envolvente dos antigos armazéns municipais; e as múltiplas intervenções de requalificação dos centros cívicos das freguesias. A cultura constitui, também, uma área de intervenção prioritária. Além do esforço das inúmeras coletividades concelhias que dão o seu melhor em prol de uma cultura rica e multifacetada que todos pretendem preservar, valorizar e promover, dos importantes eventos como o "Mês do Romance" e o "Namorar Portugal", o "Sá de Miranda por terras de Vila Verde", as festas concelhias em honra de Santo António, a "Rota" e a "Festa das Colheitas", o concelho será dotado de novos e importantes equipamentos que incluem, entre outros: a Casa do Conhecimento, o Centro de Dinamização Artesanal - Aliança Artesanal, a rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde, a recuperação do edifício da adega cooperativa, o Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva - observatório cultural do Minho, o Centro Interpretativo de Artesanato em Cerâmica - Vila de Prado. A área das infraestruturas de transporte também não foi esquecida. Aqui salienta-se a construção da variante urbana - acesso ao Centro Escolar de Vila Verde e todo o esforço que será realizado na requalificação e manutenção de outras vias municipais, incluindo a sinalização vertical e horizontal. Parceiros indeclináveis na promoção do desenvolvimento local, as Juntas de Freguesia veem com este orçamento garantida a disponibilidade das verbas necessárias ao exercício das competências que legalmente lhe foram delegadas e que constam dos acordos de execução entretanto com elas negociados. Trata-se de um importante esforço financeiro que, no conjunto do mandato, atingirá cerca de dois vírgula cinco milhões de euros mas que deverá garantir, dada a maior proximidade das populações, respostas mais eficazes às suas necessidades. Um outro pilar estruturante deste documento é a criação de condições para o avanço de medidas de descentralização com um impacto muito positivo na vida das famílias, das instituições e das próprias empresas realçando-se a importância da entrada em funcionamento de cinco espaços do cidadão - em Vila Verde, na Vila de Prado, na Ribeira do Neiva, no Vade e no Vale do Homem - que irão facilitar a interação dos cidadãos com o Estado e com o Município. Equilibrado por natureza, dadas as condicionantes de natureza financeira que legalmente temos que cumprir, ambicionamos através deste documento e das opções políticas que o enformam atingir níveis crescentes de atratividade territorial e de melhor qualidade de vida para todos os Vilaverdenses. No quadro financeiro em que nos situamos, estes projetos só são possíveis através de uma gestão rigorosa e eficiente de todos os fundos disponíveis e de uma ação determinada em aproveitar todos os recursos que nos são proporcionados pelos fundos comunitários. Sendo "criminoso" não aproveitar esses meios financeiros, únicos e irrepetíveis, temos que estar atentos a todas as oportunidades e termos uma gestão suficientemente aberta e flexível para nos adaptarmos a todas as circunstâncias que ao longo do tempo vão ocorrendo. O orçamento municipal é um documento enquadrador da ação municipal e das opções estratégicas que perspetivamos para o desenvolvimento do concelho. Embora rigoroso, não deixa de ser um documento de trabalho assente em previsões e, naturalmente, passível de sofrer as modificações que se mostrarem necessárias de modo a responder aos desafios que a cada momento se coloquem. Estamos

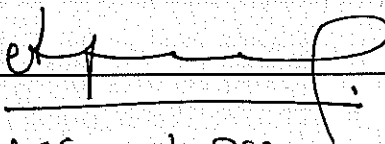
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30-10-2014

convictos que este é o melhor caminho para promovermos o desenvolvimento económico e social que almejamos proporcionar a todos os Vilaverdenses e, por isso, dedicaremos todo o nosso esforço e empenho em concretizar os projetos e objetivos que aqui apresentamos. Contamos, para tal, com o apoio de todos os Vilaverdenses, das Freguesias, das empresas e de todas as instituições. Só num ambiente de colaboração e de empenho de todos será possível alcançar progressivos níveis de desenvolvimento económico e social, pelo que contamos com todos, sem exceção, para pugnarmos pela construção de um concelho cada vez mais desenvolvido, coeso e solidário.-----

-----E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram onze horas e trinta minutos da qual para constar e devidos efeitos foi lavrada a presente ata que vai ser devidamente assinada, consignando-se que todas as deliberações dela constante foram aprovadas em minuta no final da reunião, nos termos do número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, para surtir efeitos imediatos.-----

-----E eu, Olinda Macedo Lopes, Assistente Técnico, a redigi, subscrevi e assino.-----

O Presidente da Câmara, _____



O Secretário, OLINDA MACEDO LOPES